

**AVISO**

**Processo n.º 40/02-01 (2012)**

Conforme o ponto 9.1.2 do Aviso de abertura de vários procedimentos concursais comuns com vista ao recrutamento excecional de trabalhadores, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de 6 (seis) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Peniche para o ano de 2012, Aviso n.º 10606/212, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 7 de agosto de 2012 e em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública, a Legislação Específica necessária à preparação dos temas indicados no ponto 9.1.1 do Aviso de abertura sobre os quais incidem as Provas de Conhecimentos Escritas, a qual, sendo de consulta não poderá conter qualquer anotação, nos seguintes termos:

**REF.ª A) – 1 (um) Lugar na Carreira e Categoria de Técnico Superior (Ciências da Educação)**

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:**

**REF. A)**

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro e n.º 49/2005, de 30 de agosto - Lei de Bases do Sistema Educativo;

Despacho n.º 12591/2006, de 16 de junho - Define orientações quanto aos requisitos de habilitação dos profissionais a afetar às AEC e quanto ao modelo de organização e funcionamento das AEC;

Despacho n.º 14460/2008, de 26 de maio, republicado pelo Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho - Normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, na oferta das atividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família;

Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro - Estabelece o regime aplicável à contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das AEC no 1.º ciclo nos agrupamentos de escolas da rede pública;

Circular n.º B11069994M, de 27 abril de 2011 - Contagem do tempo de serviço – carreira docente/AEC;

Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho, de 22 de Outubro - Estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única»);

Regulamento (CE) n.º 288/2009 da Comissão, de 7 de abril, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 34/2011 da Comissão, de 18 de janeiro e pelo Regulamento de Execução (CE) n.º 1208/2011 da Comissão, de 23 de novembro - Estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita à ajuda comunitária para a distribuição de frutas e produtos hortícolas, frutas e produtos hortícolas transformados, bananas e produtos derivados, às crianças nos estabelecimentos de ensino, no quadro do regime de distribuição de fruta nas escolas;

Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1386/2009, de 10 de novembro - Aprova o regulamento do regime de fruta escolar – RFE;

Regulamento (CE) nº 13/2009 da Comissão, de 18 de dezembro - Altera o Regulamento (CE) nº 1290/2005 relativo ao financiamento da política agrícola comum e o Regulamento (CE) nº 1234/2007 do Conselho, de 22 de outubro;

Estratégia Nacional - regime fruta escolar 2010-2013;

Despacho nº 5812/2011, de 4 de abril - Determina que o Regulamento do Regime de Fruta Escolar (RFE) seja aplicado ao ano letivo de 2010-2011;

Portaria nº 243/2011, de 21 de junho - Identifica os frutos e produtos hortícolas elegíveis, para o ano letivo de 2010-2011, para aquisição e distribuição às crianças;

Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto - Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais;

Regimento CME (site CMP) - Aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, com a duração indexada ao mandato autárquico 2009/13;

Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril e pelo Decreto-Lei nº 186/2008, de 19 de setembro - Regulamenta o modo e a forma como os municípios assumem a atribuição relativa à oferta de transporte à população escolar. Novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares, de acordo com o disposto no nº 5 do artigo 47º da Lei nº 42/83 e no Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de março;

Portaria nº 766/84, de 27 de setembro - Estabelece as regras a que deverão obedecer os concursos para adjudicação de circuitos especiais de transporte escolar;

Portaria nº 181/1986, de 6 de maio - Define os termos da comparticipação do transporte escolar pelos estudantes do ensino secundário;

Decreto Regulamentar nº 26/88, de 28 de junho - Introduce alterações ao Regulamento de Transportes em Automóveis;

Decreto-Lei nº 35/90, de 25 de janeiro - Complementos educativos previstos na LBSE (alimentação, alojamento, apoios económicos, transportes escolares, seguro escolar);

Despacho nº 26348/2006, de 29 de dezembro - Colete retrorrefletor e raqueta de sinalização a utilizar pelo vigilante sempre que acompanhe crianças no atravessamento da via pública;

Despacho nº 2716/2007, de 23 de fevereiro - Retificação do Despacho nº 26348/2006, de 29 de dezembro;

Portaria nº 138/2009, de 3 de fevereiro, alterada pela Portaria nº 982-A/2009, de 2 de setembro - Define as condições de atribuição do «passe escolar 4\_18@escola.tp»;

Portaria nº 34-A/2012, de 1 de fevereiro - Atualiza as condições de atribuição dos passes «4\_18@escola.tp» e «sub23@superior.tp»;

Decreto-Lei nº 115-A/1998, de 4 de maio, alterado pela Lei nº 24/1999, de 22 de abril - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário bem como dos respetivos agrupamentos;

Portaria nº 1260/2007, de 26 de setembro - Estabelece o regime do contrato de autonomia a celebrar entre as escolas e a respetiva Direção Regional de Educação em regime de experiência pedagógica;

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de setembro - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

Despacho nº 14759/2008, de 28 de maio - Cria a equipa de projeto para o reordenamento e requalificação da rede escolar;

Portaria nº1049-A/2008, de 16 de setembro - Define os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

Despacho nº 9745/2009, de 8 de abril - Fixação do número de adjuntos do diretor para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho - Define os critérios de reordenamento da rede escolar;

Despacho nº 12955/2010, de 11 de agosto - Institui um procedimento administrativo específico para designação e eleição dos órgãos dos agrupamentos resultantes de operação de agregação;

Portaria nº 1181/2010, de 16 de novembro - Definição dos procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do Ministério da Educação;

Despacho nº 18064/2010, de 3 de dezembro - Fixa o número de adjuntos dos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;

Despacho nº 4463/2011, de 11 de março - Definição de procedimentos e clarificação do papel dos agentes envolvidos nas agregações de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;

Despacho nº 5634-F/2012, de 26 de abril - Estabelece os princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas e agregações;

Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro - Lei-quadro da Educação Pré-Escolar;

Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho - Estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento;

Despacho conjunto nº 300/97, de 9 de setembro - Define as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho nº 12591/2006, de 16 de junho - Aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular;

Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho - Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação;

Despacho nº 22 251/2005, de 25 de outubro - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Regulamento de acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;

Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março - Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos;

Despacho nº 10150/2009, de 16 de abril - Aprova novas medidas de apoio social e altera o despacho n.º 20 956/2008, de 24 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar da responsabilidade do Ministério da Educação a partir do ano letivo de 2008-2009;

Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto - Regula as condições de aplicação, a partir do ano letivo de 2009-2010, das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do ME e dos Municípios, em diversas modalidades;

Despacho nº 14368-A/2010, de 14 de setembro - Regula as condições de aplicação para o ano letivo de 2010-2011, das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do ME e dos Municípios, em diversas modalidades.

Peniche, 08 de agosto de 2012

A Presidente do Júri - Dr.ª Margarida Pelerito Gonçalves.

*Margarida Pelerito Gonçalves*